

Qual o lugar da discussão quilombola? Uma análise descritiva da categoria quilombola na produção científica brasileira

What is the place of the quilombola discussion? A descriptive analysis of the quilombola category in brazilian scientific production

Danilo Borges

Doutorando em História

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

dbsadanilo@gmail.com

Recebido: 04/05/2023

Aprovado: 04/09/2024

Resumo: As discussões em torno das populações quilombolas têm sido abordadas sob diferentes perspectivas de conhecimento. Foi a partir dessa reflexão sobre a produção de conhecimento na área da Comunicação, com foco na temática quilombola, que se originou esta pesquisa. Com isso, o objetivo deste artigo foi realizar um levantamento dos trabalhos publicados nas principais redes de pesquisa em Comunicação - Sbpjor e Compós - entre os anos de 2000 a 2022. Utilizamos como metodologia uma pesquisa descritiva e explicativa a partir de busca por palavras-chave (quilombo; quilombos e quilombola) nos repositórios de cada instituição. Apontamos que dentre as 5.649 produções analisadas, apenas três abordaram a temática quilombola. Isso demonstra a existência de lacunas na produção científica sobre as populações quilombolas, apesar da relevância do assunto para a compreensão das questões sociais, políticas e culturais do país.

Palavras-chave: Quilombos; Comunicação; Produção científica.

Abstract: Discussions around quilombola populations have been approached from different perspectives of knowledge. It was from this reflection on the production of knowledge in the area of communication, focusing on the quilombola theme, that this research originated. With this, the objective of this article was to carry out a survey of the works published in the main communication research networks - Sbpjor and Compós - between the years 2000 to 2022. (quilombo; quilombos and quilombola) in the repositories of each institution. We point out that among the 5,649 productions analyzed, only three addressed the quilombola theme. This demonstrates the existence of gaps in the scientific production on quilombola populations, despite the relevance of the subject for understanding the country's social, political and cultural issues.

Keywords: Quilombos; Communication; Scientific production.

Introdução

A construção da ciência e conhecimento no Brasil foi influenciada por uma lógica que, embora específica por ter suas próprias nuances, foi sistematizada e compartilhada a partir da política de colonização que moldou os países da América Latina. Essa lógica incorpora ideias-chave que distinguem o que é considerado ciência e o que não é, e estabelece uma hierarquia entre elas. Essa estrutura ainda é evidente na sociedade atual, tanto em termos do imaginário social quanto nas práticas sociais, culturais e políticas, assim como nas bases epistemológicas.

Assertamos que durante o período da escravidão no Brasil e no pós-abolição, o Estado promoveu políticas que excluíram as populações negras do ambiente escolar, marginalizando-as. Um exemplo disso é a lei nº 1, de 1837, que regulava a instrução primária no Rio de Janeiro e proibia, no artigo 3º, o acesso formal dessas populações à educação: "São proibidos de frequentar as Escolas Publicas: 1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas(sic). 2º **Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos**" (LEI Nº 1, 1837, grifo nosso).

Essa exclusão ainda reverbera no presente e se relaciona à constante desumanização e invisibilidade das populações quilombolas, majoritariamente compostas por negros, que são subalternizadas e têm seus conhecimentos negados.

As práticas racistas e de discriminação racial são seculares e, em alguns casos, continuam sendo reproduzidas na formação superior dos profissionais (CARVALHO, 2020). A distinção entre os grupos sociais também se manifesta no ensino superior brasileiro. Marcelino (2018) e Carvalho (2020) destacam que há uma baixa presença de populações quilombolas no ensino superior, tanto na docência quanto no corpo discente. Nos últimos anos, a luta do movimento negro e as políticas de ações afirmativas têm possibilitado a inserção de professores e alunos quilombolas nas universidades, como apontam Lourenço (2016) e Alves et al. (2019). No entanto, os dados oficiais não apresentam informações sobre o quantitativo de quilombolas nas instituições de ensino superior, embora haja uma distinção significativa entre o acesso de pessoas brancas, pretas, pardas e indígenas.

Este fato é particularmente relevante, especialmente considerando que oficialmente as populações pretas e pardas constituem a maioria da população brasileira, representando um percentual de 56% (IBGE, 2019). Isso significa que a educação, um direito fundamental, pode contribuir para a perpetuação de valores opressores e desumanizantes em relação aos afro-brasileiros, incluindo as populações quilombolas (NJERI, 2019).

Mas, afinal, qual o lugar da discussão quilombola? Neste artigo, exploramos como a temática das populações quilombolas têm sido apresentada nas pesquisas científicas na área da Comunicação. Nosso objetivo é analisar como especialistas desse campo do conhecimento abordam essa temática, bem como refletir sobre o avanço científico, tecnológico e cultural no âmbito da Comunicação em relação às questões envolvendo as comunidades quilombolas. Refletir a partir dessa centralidade é fundamental para a discussão presente nesta pesquisa, além de permitir uma autoavaliação por parte dos pesquisadores e estudantes, vinculados ou não às instituições de ensino superior, sobre seus escritos e a direção que estão dando para a produção de múltiplas esferas e a consciência de si e das populações quilombolas.

Ressaltamos que reconhecemos a importância da produção científica para contribuir na construção de uma nova episteme para os profissionais, acadêmicos e cientistas da área da Comunicação.

Quilombos

As populações quilombolas, em toda a sua particularidade e complexidade, têm uma história própria que se desenvolveu de diferentes formas. Elas estão presentes em diversos locais do país, seja em áreas urbanas, rurais ou periurbanas, como em caatingas e florestas. As populações quilombolas possuem formas únicas de organização, resistência e existência, que se desenvolvem em resposta às condições socioeconômicas, políticas e culturais dentro e fora dos seus territórios.

Os quilombos brasileiros, entidades históricas e simbólicas de resistência, formaram-se durante o período colonial como refúgios para escravizados fugidos e demais grupos marginalizados. Eles constituíram espaços de liberdade e autonomia em meio a um contexto de opressão e escravidão (Gomes, 2015). Esta definição histórica amplia-se para abarcar a resistência contínua dessas comunidades ao longo dos séculos, sobrevivendo até os dias atuais como manifestações da luta contra a opressão. Os quilombos foram muito mais do que simples abrigos; eram, e são, expressões de uma cultura rica e de uma sociedade organizada que preserva as tradições afro-brasileiras e a memória dos ancestrais que resistiram à dominação colonial e escravagista. As comunidades quilombolas representam um testemunho vivo do processo de contracolônização, resistindo e opondo-se ao regime colonial através da criação de agrupamentos que lutavam contra a opressão (Bispo, 2015). Nego Bispo (2015) chama a atenção para a continuidade dos processos de colonização e contracolônização, que

ainda persistem nas Américas. Este confronto não é apenas uma disputa física, mas também uma luta nos domínios do imaginário e do poder, como sugerido por Mignolo (2003).

A herança da escravidão é uma chaga aberta, com o tráfico transatlântico de africanos deixando marcas indeléveis na configuração do país. Os números mencionados na reflexão, com milhões de africanos forçadamente trazidos ao Brasil, indicam a magnitude da tragédia e o peso que este passado exerce sobre o presente (Eltis, 2010). A escravidão foi um sistema que negou a humanidade de milhões, transformando seres humanos em mercadorias e negando suas identidades e autodenominações. Este processo, para Santos (2015) contribuiu para a configuração de uma visão colonial de poder, onde o racismo e a ideia de raça tornaram-se organizadores das relações de poder em um mundo em construção.

As estratégias de resistência quilombola são variadas e complexas, envolvendo tanto a luta armada, quanto a preservação e transmissão de práticas culturais, sociais e econômicas. Comunidades quilombolas muitas vezes formaram sociedades paralelas, com seus próprios sistemas de governo, práticas agrícolas sustentáveis e redes de comércio e apoio. Além disso, a resistência cultural, mantém vivas as línguas, religiões e tradições africanas, desafiando as narrativas coloniais e lutando contra a superexploração e objetificação, como nos lembra Gonzales (2018), representando a luta por uma existência e reconhecimento autênticos.

As populações quilombolas estão espalhadas por todo o território nacional. No país, de acordo com a Fundação Cultural Palmares, mais de 3000¹⁹² estão espalhadas por todas as regiões do país, desde o Norte até o Sul, passando pelo Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

O conceito de "populações quilombolas" é moldado por uma variedade de instituições e agentes políticos, educacionais, sociais e econômicos, tanto públicos quanto privados, que utilizam diferentes processos para definir um grupo social (Araújo, 2017). Para a Constituição Federal de 1988, as comunidades quilombolas são reconhecidas como grupos étnico-raciais que possuem uma relação histórica com terras ocupadas por seus antepassados, descendentes de africanos escravizados. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias apresenta a essas comunidades o direito à propriedade definitiva de suas terras, atribuindo ao Estado a titular essas terras de forma coletiva. "Aos

¹⁹² As informações atualizadas pela Fundação Cultural Palmares apresentam que até 15/09/2020, 3.451 são reconhecidas como quilombolas.

remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF, 1998).

De tal forma, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico para as comunidades quilombolas no Brasil, ao reconhecê-las como grupos étnico-raciais com direitos específicos sobre terras historicamente ocupadas por seus antepassados, descendentes de africanos escravizados. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias foi crucial ao conferir a essas comunidades o direito à propriedade definitiva de suas terras, determinando ao Estado a responsabilidade de titularizar essas terras de forma coletiva. Esta disposição constitucional não apenas assegurou um direito fundamental, mas também pavimentou o caminho para um processo de reparação histórica, ao reconhecer e legitimar a ocupação tradicional desses territórios pelas populações quilombolas.

O impacto dessa alteração constitucional transcendeu a simples atribuição de direitos, incentivando as comunidades quilombolas a adotar uma série de estratégias para afirmar seus direitos e preservar suas terras e culturas. Entre essas estratégias, destacam-se a luta pelo reconhecimento legal e a regularização fundiária de suas terras, que envolveu processos complexos de auto-identificação, mapeamento territorial, documentação histórica e cultural, além de uma forte articulação política e jurídica. Além disso, as comunidades quilombolas passaram a empregar estratégias de visibilidade, promovendo ações culturais, educativas e formando alianças com diversos setores da sociedade civil e instituições acadêmicas, visando ampliar a conscientização sobre o valor de sua história e cultura para a construção da identidade nacional.

Portanto, a Constituição de 1988 não apenas reconheceu formalmente os direitos das comunidades quilombolas, mas também impulsionou uma transformação significativa na maneira como essas comunidades se engajam na proteção e promoção de seus direitos, contribuindo para uma reconfiguração mais ampla das dinâmicas sociais e políticas no Brasil no que tange à questão quilombola.

Nossa compreensão sobre o que são populações quilombolas é baseada no conceito de Amarante (2020):

Ser quilombola é ser uma civilização contra colonialista¹⁹³[1] [...]. O título do nosso livro é colonização quilombos: modos e significações. Então, quando eu falo a palavra civilização eu estou falando de modos, estou falando de jeitos, estou falando de cultura, estou falando de matriz, estou falando de modo de vida, de jeitos de vida. Então, já que os colonialistas dizem que eles são uma colonização. Nós estamos dizendo que somos outra civilização. Somos o contraponto. Aliás, nós somos a primeira civilização. Os colonialistas têm dois mil anos e nós nem sabemos quantos anos nós temos, mas temos muitos mais de dois mil anos (AMARANTE, 2020).

Também baseamo-nos nas definições da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que surgiram como resultado de discussões no país após a Constituição de 1988. A ABA define as populações quilombolas contemporaneamente como "comunidades negras rurais", que são territórios habitados por pessoas de origem africana e incluem as áreas conhecidas como "terras de santo", "terras de preto", "mucambos" e quilombos (O'DWYER, 2002 apud SANTOS, 2016, p. 34).

O conhecimento quilombola

As populações quilombolas, diante de uma realidade marcada por desafios multifacetados, navegam entre o reconhecimento e a privação de direitos dentro do tecido social. Essas comunidades, entrelaçadas em uma luta contra a discriminação racial, têm seus saberes e histórias elevados por iniciativas de grupos políticos, acadêmicos, artísticos e culturais. Esses grupos buscam tecer um mundo mais equitativo, destacando outras possibilidades de existência e de organização social. Através de movimentos e articulações, as populações quilombolas compartilham formas de resistência que emergem da autenticidade de suas experiências e da continuidade de seus processos culturais e sociais.

Por outro lado, o conhecimento das populações quilombolas também é frequentemente negado ou desvalorizado pelo sistema educacional dominante, que privilegia saberes formalizados em detrimento da tradição oral e prática dessas comunidades. Antônio Bispo dos Santos (2023), em "A terra dá, a terra quer", questiona criticamente este cenário, onde a academia tende a mercantilizar saberes, transformando a agricultura quilombola em mera "ecologia" acadêmica, desconsiderando suas raízes e significados. Neste contexto, Nego Bispo (2023) apresenta um manifesto da "guerra das denominações". Este conceito, conforme exposto pelo autor, envolve a subversão das palavras e

¹⁹³ Santos (2015) compreende por colonização todos os processos etnocêntricos de expropriação, invasão, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura por outra. Esses processos não dependem do físico-geográfico em que essa cultura se encontra. Contra colonização é entendido como todos os processos de luta e resistência em defesa dos territórios, as significações, os símbolos e os modos de vida praticados nesses espaços. O autor, mesmo apontando as singularidades e particularidades, trata povos africanos e originários como contra-colonizadores e, do outro lado, os povos advindos da Europa como colonizadores, independentes de serem senhores ou colonos.

conceitos coloniais para desarmar a opressão linguística e simbólica imposta pelo colonizador. Bispo (2023) propõe uma revalorização da linguagem, onde palavras como "desenvolvimento", associadas à "cosmofobia", são rejeitadas em favor de "envolvimento", que ressoa com uma conexão mais integrada e respeitosa com a terra e a comunidade. Esta escolha lexical reflete a resistência e a reinvenção contínuas das populações quilombolas, que utilizam a escrita e a oralidade para reconstruir e transmitir suas histórias, resistindo à marginalização e reafirmando suas identidades e perspectivas no mundo.

Nesse contexto, as populações quilombolas emergem como forças contrárias ao colonialismo, instigando um debate rico sobre o contracolonialismo. Santos (2023), com base em sua identidade e vivência quilombola, revela que estas comunidades sustentam uma visão de mundo circular, onde há uma conexão intrínseca com todos os seres vivos do planeta. Tal perspectiva oferece uma crítica contundente aos pilares fundamentais da modernidade eurocristã, desafiando e subvertendo a lógica colonialista e a própria noção de desenvolvimento, frequentemente concebida de maneira isolada do equilíbrio ecológico e da justiça social.

Destacamos que o conhecimento produzido pelas populações quilombolas sobre si mesmas e sobre a realidade ao seu redor não se limita aos espaços acadêmicos. Muitas vezes, esse conhecimento é construído a partir de experiências de vida, ações cotidianas, vivências sociais e processos intelectuais de elaboração e reelaboração. Muitos dos indivíduos que pertencem a estes coletivos, embora sejam produtores de conhecimento, não são (ou não foram) reconhecidos como pesquisadores ou intelectuais. As experiências pessoais e as vivências cotidianas também contribuem para a construção desse conhecimento, que muitas vezes é subvalorizado ou negligenciado pelas estruturas dominantes da sociedade.

As populações quilombolas têm deixado um legado político e epistemológico significativo como sujeitos que produzem um tipo específico de saber e conhecimento. Esse conhecimento é forjado nos processos de luta e vai consolidando e transformando a sociedade. É um conhecimento que não é imposto de fora, mas que emerge do interior das comunidades, e que tem como objetivo a afirmação dos saberes e valores dessas populações, bem como a sua emancipação. Trata-se de um conhecimento que valoriza também os saberes emancipatórios e que se manifesta não apenas em práticas políticas, mas também em práticas culturais e pedagógicas.

Ao integrar e dar legitimidade acadêmica às perspectivas quilombolas, essas comunidades não apenas preservam seu conhecimento tradicional, mas também esboçam o esqueleto de uma sociedade

que preza pelo equilíbrio e harmonia com a natureza. Este modelo apresenta-se em contraponto ao paradigma ocidental de exploração e alienação, desafiando as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam desigualdades e menosprezam diversas formas de ser e saber.

Rede nacional de pesquisadores em comunicação

O Brasil possui diversas associações científicas, acadêmicas e profissionais que têm como objetivo fomentar o desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Na área de Comunicação e Jornalismo, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), e a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) são exemplos de entidades que congregam pesquisadores e profissionais da área, promovendo a troca de conhecimentos, o desenvolvimento da produção científica e a realização de eventos que discutem questões relevantes para a área.

A SBPJor é uma entidade que reúne estudiosos da área do Jornalismo e trabalha em conjunto com outras associações científicas, acadêmicas e profissionais já existentes. Seu objetivo é estimular a articulação de uma rede nacional de pesquisadores em jornalismo para constituir um lugar privilegiado tanto para a apresentação de trabalhos quanto para a formação de redes para pesquisas específicas. A entidade tem mais de 500 associados, vinculados a mais de cem instituições brasileiras, dos Estados Unidos, França e Portugal.

Além da SBPJor, existem outras associações científicas importantes na área da Comunicação no Brasil, como a Compós. Ela é uma associação nacional que congrega os Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Mestrado e/ou Doutorado de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil, com o objetivo de fortalecer e qualificar a Pós-Graduação em Comunicação, integrar e intercambiar os programas existentes, dialogar com instituições afins e estimular a participação da comunidade acadêmica em Comunicação nas políticas do país para a área. Juntas, essas associações têm desempenhado um papel fundamental na promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico na área da Comunicação no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Para coletar os dados para a nossa pesquisa, utilizamos duas plataformas disponibilizadas pelas instituições Sbpjor e Compós, que indexam produções científicas de diversos pesquisadores do mundo. Esses sites nos permitiram organizar e catalogar a nossa pesquisa a partir dos repositórios.

Selecionamos essas instituições por serem entidades que reúnem pesquisadores e profissionais da área de Comunicação, promovendo a troca de conhecimentos, o desenvolvimento da produção científica e a realização de eventos que discutem questões relevantes para a área. Além disso, escolhemos essas plataformas porque o acesso aos artigos é gratuito e o processo de indexação de novas publicações científicas é simples.

Para selecionar o material da Sbpjor e da Compós, optamos por buscar as produções que foram disponibilizadas nos anais dos congressos anuais de cada instituição. Utilizamos filtros na plataforma a partir do recurso de palavras-chave, buscando os seguintes termos: “quilomb”; Quilombo; Quilombos; Quilombola; Quilombolas, para encontrar conteúdos relacionados à temática estudada. Além disso, delimitamos o recorte temporal de 2000 até 2022. Para a catalogação dos trabalhos, optou-se por focar na Compós, a instituição que possui disponibilizado no repositório, o trabalho mais antigo em comparação com a Sbpjor. Assim, o nosso ponto de partida foram os anais do 9º Encontro Anual da Compós que ocorreu em 2000.

Análise e discussão dos resultados

Os trabalhos foram desenvolvidos entre os anos de 2000 a 2022. Ao total foram disponibilizados 5.157 trabalhos científicos, 3343 publicados na Compós e 1814 na Sbpjor, correspondendo uma média de 234 produções por ano. Identificamos um total de três produções com a temática quilombola, sendo elas: “Enquadramento noticioso: a titulação de territórios quilombolas na imprensa capixaba”, apresentado no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor no ano de 2018, por Girley Vieira da Silva, na época mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); “O “Ser” Quilombola à Luz do Pensamento de Stuart Hall – Uma Tentativa Teórica” apresentado no 13º Encontro Anual da Compós no ano de 2004, por Nemézio C. Amaral Filho; e “Entre meios e sociabilidades digitais: dinâmicas de experimentações e usos de jovens quilombolas do Matão na rede

social do Facebook” apresentado no 30º Encontro Anual da Compós no ano de 2021, por Marco Antônio de Oliveira Tessarotto e Ana Paula da Rosa, na época, discente egresso da UNISINOS.

É importante destacar que as três produções sobre a temática quilombola foram feitas por três homens e uma mulher, provenientes de diferentes localidades do Brasil, como Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Essas pesquisas foram realizadas em instituições de ensino superior como a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

É notável a contribuição significativa que as mulheres têm no campo científico. No entanto, é preciso reconhecer que ainda enfrentamos uma desigualdade de gênero acentuada em nosso país. Embora as mulheres constituam metade da população mundial, apenas um terço das cientistas são do sexo feminino. Esse desequilíbrio é uma consequência direta de uma história marcada por desigualdades e que também se apresenta nessa pesquisa. Outro ponto a destacar é referente ao território que essas pesquisas foram desenvolvidas. Embora as populações quilombolas estão majoritariamente alocadas na região Nordeste, nenhuma pesquisa foi desenvolvida em uma universidade Nordestina.

É necessário refletir sobre a representatividade e diversidade na produção acadêmica, especialmente no que se refere às questões quilombolas. A falta de representatividade e diversidade em sala de aula e nos corpos docentes pode influenciar na falta de interesse e pesquisa em temas como o quilombola. A busca pela equidade e diversidade na academia deve ser constante para garantir a produção de conhecimento mais inclusivo e justo.

Além disso, é preciso levar em conta as limitações estruturais que muitas vezes impedem a produção de pesquisas sobre esses temas. As comunidades quilombolas ainda enfrentam muitas dificuldades no acesso à educação, saúde, infraestrutura e outros serviços básicos, o que muitas vezes torna difícil a realização de pesquisas em campo.

Mas, qual o debate levantado nos trabalhos catalogados? O trabalho, “Entre meios e sociabilidades digitais: dinâmicas de experimentações e usos de jovens quilombolas do Matão na rede social Facebook” realizado por Marco Antônio de Oliveira Tessarotto e Ana Paula da Rosa, apresenta uma análise de um estudo que se concentra na experiência comunicacional de jovens quilombolas em uma comunidade da Paraíba, especificamente em relação à sua interação na rede social Facebook.

O estudo emprega uma abordagem netnográfica para descrever as dinâmicas enunciativas e representações sociais desses jovens no ambiente digital. Os pesquisadores conseguem observar e entender como esses jovens utilizam os meios, modos e operações disponíveis na plataforma, bem como os desdobramentos dos vínculos entre o local e o global, e como isso leva à construção de novas narrativas e identidades/perfis.

A pesquisa destaca a presença de um "totem território quilombo" que atenua as irritações dessas interações em rede e apresenta marcas de um fazer de revalorização simbólica da comunidade. A pesquisa destaca a importância de se analisar como as tecnologias digitais são utilizadas em comunidades tradicionais, como quilombolas, e como essas ferramentas podem contribuir para a construção e circulação de representações sociais e identidades. Além disso, a abordagem netnográfica adotada no estudo permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas enunciativas desses jovens na plataforma do Facebook.

Já a pesquisa, “Enquadramento noticioso: a titulação de territórios quilombolas na imprensa capixaba” desenvolvida por Girley Vieira da Silva, apresenta um estudo que analisa os enquadramentos noticiosos utilizados pela imprensa capixaba para abordar a questão da titulação de territórios quilombolas no ano de 2007. A pesquisa tem como objetivo identificar como a imprensa construiu esse enquadramento e, para isso, utilizou como base teórico-metodológica as obras de Porto (2004) e Entman (1991, 1994).

A partir da análise dos títulos das matérias publicadas pelo jornal A Gazeta, o estudo identificou um enquadramento conflituoso que desfavorecia os interesses das comunidades quilombolas e seu direito ao território previsto na Constituição Federal. Esse tipo de enquadramento, segundo a pesquisa, é um importante instrumento de poder social e deve ser objeto de análise, especialmente quando se trata de minorias e temas que possam contrariar interesses da elite econômica dominante. A pesquisa traz à tona a importância da análise dos enquadramentos noticiosos utilizados pela imprensa, especialmente quando se trata de minorias e temas que envolvem questões de direitos humanos. Também destaca a necessidade de se identificar os interesses por trás desses enquadramentos e de se avaliar o impacto que eles podem ter na construção de uma opinião pública informada e crítica.

A última pesquisa analisada tem como título: “O “Ser” Quilombola à Luz do Pensamento de Stuart Hall – Uma Tentativa Teórica”, escrita por Nemézio C. Amaral Filho. Esta pesquisa apresenta a proposta de utilizar a perspectiva teórica de Stuart Hall (2003) para analisar a representação do "ser

negro" contemporâneo, em particular a população remanescente de quilombos na região amazônica. O autor destaca que essa abordagem oferece uma alternativa aos caminhos comumente apontados pela Antropologia. O objetivo do estudo foi compreender a representação do discurso remanescente de quilombo na mídia e, assim, contribuir para a reflexão sobre a ocidentalização do mundo e a relação ética do intelectual brasileiro com as minorias da América Latina.

O autor apresenta a visão de Silviano Santiago (2014), que argumenta que o pensamento antropológico deve questionar o processo de ocidentalização do mundo e evitar que as minorias vivam uma "ficção" imposta que determina seu passado e futuro. Nesse sentido, a aplicação da perspectiva de Stuart Hall (2003) pode permitir uma compreensão mais ampla das dinâmicas culturais e sociais que afetam as minorias no Brasil.

Desta forma, a pesquisa destaca a relevância da perspectiva teórica de Stuart Hall (2003) para a análise do "ser quilombola" e da representação das minorias na mídia brasileira, bem como a importância da reflexão crítica sobre o papel do intelectual na compreensão das dinâmicas sociais e culturais que afetam essas comunidades.

Considerações finais

As populações quilombolas têm sido alvo de discussões e debates em diferentes áreas do conhecimento, como antropologia, história, direito, sociologia, entre outras. No entanto, quando se trata da produção de conhecimento na área da Comunicação, percebe-se a existência de lacunas e desafios a serem superados. Foi a partir dessa reflexão que se originou a pesquisa que buscou realizar um levantamento dos trabalhos publicados nas principais redes de pesquisa em Comunicação - Sbjpor e Compós - entre os anos de 2000 a 2022.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi descritiva e explicativa, a partir da busca por palavras-chave como "quilombo", "quilombos" e "quilombola" nos repositórios de cada instituição. Após a análise de 5.157 produções, foram encontrados apenas três trabalhos que abordavam a temática quilombola. Essa constatação evidencia a existência de uma falta de interesse ou de investimento em pesquisas sobre o tema, o que pode ser reflexo da invisibilidade dada às comunidades quilombolas.

No entanto, a relevância do assunto para a compreensão das questões sociais, políticas e culturais do país é inegável. As comunidades quilombolas são grupos historicamente marginalizados e discriminados, que lutam pelo reconhecimento de seus direitos e pela preservação de suas culturas e

tradições. Nesse sentido, a produção científica sobre a temática pode contribuir para uma maior visibilidade desses grupos e para a elaboração de políticas públicas que levem em consideração suas especificidades.

Além disso, é importante destacar que a Comunicação desempenha um papel fundamental na construção das representações sociais e na formação da opinião pública. A mídia, por exemplo, pode tanto reproduzir estereótipos e preconceitos em relação às comunidades quilombolas, quanto contribuir para sua valorização e reconhecimento.

A produção de conhecimento na área da Comunicação pode ser uma ferramenta importante na luta por uma Comunicação mais democrática e inclusiva, que leve em consideração as vozes e as perspectivas das populações quilombolas.

Ainda que a temática quilombola tenha ganhado mais visibilidade nas últimas décadas, é possível perceber que a produção de conhecimento sobre essas comunidades ainda é incipiente, especialmente no campo da Comunicação. Isso é preocupante, pois limita a compreensão das questões sociais, políticas e culturais que afetam as populações quilombolas e, conseqüentemente, dificulta a elaboração de políticas públicas e ações que possam promover transformações educacionais, socioeconômicas e biopsicossociais para o indivíduo, família e/ou comunidades.

É importante que se ampliem as discussões e o investimento em pesquisas nessa área, a fim de proporcionar uma melhor compreensão das especificidades das comunidades quilombolas e das formas como a Comunicação pode ser utilizada para promover sua visibilidade e seus direitos. Nesse sentido, estudos que investiguem as representações midiáticas sobre os quilombos, bem como suas lutas e reivindicações, são fundamentais para entender como essas comunidades são percebidas e representadas pela sociedade em geral.

É necessário que sejam realizados mais estudos sobre a temática quilombola na área da Comunicação, com o objetivo de ampliar o conhecimento e a visibilidade dessas comunidades. A academia pode e deve ser um espaço de promoção da igualdade racial e social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Essa revisão ressalta a necessidade de ampliar as discussões e pesquisas acerca da temática quilombola, uma vez que é uma realidade presente no Brasil há séculos e ainda é pouco explorada na academia. Acreditamos que este trabalho possa sensibilizar e mobilizar mais pessoas e instituições a se engajarem nessa temática além disso, que a abordagem desses temas possa contribuir para a luta contra

o racismo e a discriminação racial, uma vez que a história e a cultura dos quilombolas ainda são pouco conhecidas e valorizadas pela sociedade em geral. Somente assim será possível superar as lacunas e desafios existentes.

Referências

Alves, D; et al. **O Quilombola no ensino superior:** um balanço dos dados de quase uma década de quota quilombola na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). (2018). Disponível em:<encurtador.com.br/GPTZ4>. Acesso em: 11.mar.2021.

Hall, S. (2003): Da diáspora: identidades e mediações culturais, Belo Horizonte: UFMG.

Harzing, A. **Publish or Perish.** (2016). Disponível em: <encurtador.com.br/fkpsH>. Acesso em: 15.mar.2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral Tabela 6403 - População, por cor ou raça (Vide Notas). (2019). Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>>. Acesso em: 11.mar.2021.

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/dwC04>. Acesso em: 11.mar.2021.

LEI N. 1, DE 1837, E O DECRETO Nº 15, DE 1839, SOBRE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO RIO DE JANEIRO. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>>. Acesso em: 11.mar.2021.

Lopes, S; Fernández-Llimós, F; Costa, T. A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. (2012). Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10400.26/4620>>. Acesso em: 11.mar.2021.

Lourenço, S. **Ações afirmativas para estudantes quilombolas:** o processo de criação do programa de inclusão de estudantes quilombolas (proinq) na universidade federal de mato grosso (ufmt) (2018). Disponível em:<encurtador.com.br/nzCZ9>. Acesso em: 11.mar.2021.

Maldonado-Torres, N; Grosfoguel, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

Marcelino, F. **O acesso de estudantes quilombolas no IFRN:** análise da lei nº 12.711/2012. (2018). Disponível em: <encurtador.com.br/lnCTY>. Acesso em: 11.mar.2021.

Njeri, A. **Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 31: mai.-out./2019, p.4-17. Disponível em: <encurtador.com.br/nuPUW>. Acesso em: 11.mar.2021.

Sancho, R. **Indicadores bibliométricos utilizados en la evaluación de la ciencia y la tecnología:** revisión bibliográfica. (1990). Disponível em: <encurtador.com.br/avDK1>. Acesso em: 11.mar.2021.

Santiago, Silviano. (2014) **Stuart Hall e os movimentos diaspóricos**. Revista Brasileira (Academia Brasileira de Letras). Fase VIII, jan-fev-mar, Ano III, No.78, p.195-201.

Santos, A. B. Dos; Pereira, S.; Ferdinand, M. (texto de orelha). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112p.